

# SEMÂNTICA DOS ANTROPÔNIMOS – PARTE 1

*Um nome próprio não é mais do que uma marca sem significação que juntamos em nossas mentes à idéia do objeto, a fim de que sempre que a marca encontrar nossos olhos ou ocorra aos nossos pensamentos, possamos pensar naquele objeto individual.*

John Stuart Mill (*Sistema de lógica dedutiva e indutiva*)

No capítulo 2, foram identificadas as características dos nomes próprios. Entre tais características, vimos que possuem capacidade de referir, independentemente da presença de determinante. Também foi visto que não apresentam traços semânticos identificadores de classe. Neste capítulo, voltamos ao estudo do significado dos nomes próprios a partir dos estudos iniciais da Lógica e da Filosofia da Linguagem. Além dessas correntes teóricas, há outras que também se ocupam do significado dos nomes próprios, a exemplo dos estudos de Semântica Lexical propostos por Michel Bréal, desenvolvidos a partir do Estruturalismo, e da Semântica Enunciativa, promovida a partir dos estudos enunciativos de Benveniste. No capítulo 6 deste livro, mostramos como essas outras correntes de estudo abordam os antropônimos. Neste capítulo, recorreremos a diferentes propostas teóricas que, desde o século XIX, têm sido apresentadas a partir de pesquisas no âmbito da Filosofia.

Entre os filósofos, especialmente entre aqueles que se ocupam da Filosofia da Linguagem, os nomes próprios, juntamente com as descrições definidas singulares (ex.: *o proprietário do apartamento 205*) e os pronomes pessoais (ex.: *ele*), pertencem à classe dos chamados *termos singulares* (por oposição aos *termos gerais*), constituindo expressões que permitem fazer **referência singular**

a objetos. A partir dessa divisão, a pergunta que se faz é: como diferenciar os nomes próprios dos demais termos singulares? Para tentar responder a questões como essa, têm-se discutido quais seriam as propriedades dos nomes próprios. A discussão se apoia, essencialmente, em questões semânticas, que remontam a trabalhos anteriores aos estudos clássicos de Michel Bréal (1832-1915)<sup>1</sup>, considerado o fundador da semântica moderna.

Uma das questões mais discutidas nos estudos sobre o nome próprio refere-se ao problema de saber se ele tem ou não um sentido ou um significado (no alemão, *Sinn* ou *Bedeutung*<sup>2</sup>; no inglês, *meaning* ou *sense*)<sup>3</sup>. Apesar de linguistas contemporâneos aceitarem o fato de que o tema não pode ser posto simplesmente como presença ou ausência de sentido, voltando-se aos trabalhos clássicos sobre nomes próprios, é possível distinguir pelo menos três grupos de autores<sup>4</sup>.

No primeiro, encontram-se os autores que argumentam que o nome próprio possui um sentido. Os argumentos desse grupo vão ao encontro da proposta de Russell (1956), que considera que os nomes próprios são descrições definidas abreviadas, ou seja, *Aristóteles* seria uma abreviação da descrição definida *filósofo grego mestre de Alexandre Magno*. Formam parte deste grupo autores como Frege (1892 [2009]), Strawson (1985) e Searle (1958; 1969).

O segundo grupo reúne os trabalhos que defendem que os nomes próprios não possuem sentido. Os defensores desse ponto de vista costumam ser relacionados à proposta do filósofo John Stuart Mill, para quem os nomes próprios somente **denotam** e não conotam. A esse grupo, relaciona-se a proposta de considerar o nome próprio como **designador rígido**, segundo ideias de Kripke (1980) (veja também Recanati (1983) e Martin (1987)).

---

<sup>1</sup> Neste capítulo, quando se fizer referência a um pesquisador considerando o conjunto de sua obra, serão informados, entre parênteses, o ano de nascimento e da morte.

<sup>2</sup> Termo em alemão tomado no seu sentido contemporâneo.

<sup>3</sup> Neste momento, usamos os nomes *sentido* e *significado* como equivalentes.

<sup>4</sup> Essa divisão, adotada também por Fernández Leborans (1999), guiará o conteúdo das próximas seções – para uma divisão mais refinada, conferir García Suárez (1997). É preciso deixar claro que tal divisão tem mais um caráter didático e que, ao ser apresentada, pode obscurecer diferenças importantes de argumentos de autores de um mesmo grupo. Como afirma Brito (2003, p. 40), as diferenças entre *sentido* e *significado* e também a concepção do que é um nome próprio são questões que dificultam o cotejamento entre as teorias. Espera-se, no entanto, que as próximas seções possam, na medida do possível, esclarecer tais diferenças. Para um aprofundamento no confronto entre as teorias filosóficas, podem-se consultar García Suárez (1997), Brito (2003) e Fernández Moreno (2006).

Em um terceiro, estariam os trabalhos que pertencem mais ao campo da Linguística, especialmente os estudos desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX. Muitos dos autores não colocam a questão como simplesmente presença ou ausência de sentido. Alguns partem do trabalho de Kleiber (1981), que associa o sentido do nome próprio ao *predicado de denominação*, embora essa noção, como ficará mais claro posteriormente, tenha recebido várias objeções e uma reformulação feita pelo próprio autor.

Tendo em vista que os estudos linguísticos são tributários de um longo debate realizado por lógicos e filósofos sobre o nome próprio, neste capítulo, conforme apontado, são recuperados os principais argumentos dos teóricos das diferentes teorias. Nas seções que seguem, usa-se o termo *nome próprio*, mas considerando o que se aplica aos antropônimos, objeto de estudo desta obra.

## 5.1 A TEORIA DESCRITIVISTA OU TEORIA DO SENTIDO<sup>5</sup>

Para a chamada *teoria descritivista* (ou teoria do sentido), o nome próprio possui sentido e referência – ele está associado à(s) descrição(ões) definida(s) que permite(m) identificar o referente. Seria por meio do sentido a que os nomes estão vinculados que eles desempenhariam seu papel referencial. Entretanto, é preciso ressaltar que as diferenças entre as concepções de sentido tornam a teoria diferente de autor para autor.

Na literatura de concepção descritivista, tenta-se resolver o problema que revelam enunciados como *Túlio é Cícero* ou *Machado de Assis é o Bruxo do Cosme Velho* – que seriam tautológicos se se consideram os nomes próprios como exclusivamente designadores, ou seja, não informam nada, pois acarretam o mesmo que dizer  $a = a$ . *Túlio* e *Cícero* e, do mesmo modo, *Machado de Assis* e *Bruxo do Cosme Velho* teriam, para esta teoria, a mesma referência, mas sentidos diferentes.

O filósofo alemão Gottlob Frege é considerado o autor pioneiro desta teoria e seu trabalho *Über Sinn und Bedeutung*, traduzido em português como *Sobre o sentido e a referência* (FREGE, 1892 [2009]), tem sido inspirador para outros autores. Inicialmente, é necessário esclarecer que os *nomes próprios*, para ele, relacionam-se aos chamados *termos singulares* e incluem tanto os nomes próprios ordinários, quanto as descrições definidas. Em seu trabalho, o autor considera como nomes próprios palavras ou outros signos que designam um objeto singular. De acordo com Frege: “Um nome próprio (palavra, sinal,

<sup>5</sup> Esta e as demais seções deste capítulo foram adaptadas da tese de Amaral (2008).

combinação de sinais, expressão) expressa seu sentido e designa ou refere-se à sua referência. Por meio de um sinal expressamos seu sentido e designamos sua referência” (FREGE, 1892 [2009], p. 136). Observa-se, desse modo, que os nomes próprios, como termos singulares portadores de sentido, não são diferentes das descrições definidas.

O autor alemão elabora sua teoria diferenciando sentido (*Sinn*) de referência (*Bedeutung*). Veja-se o seguinte fragmento, extraído do texto *Ausführung über Sinn und Bedeutung*:

O nome (*Eigenname*), do modo como uso o termo, deve ter pelo menos um sentido. Caso contrário, ele seria uma sequência vazia de ondas e não teria direito de ser chamado nome. Para o emprego científico, deve-se exigir do nome que ele tenha também um significado<sup>6</sup> (*Bedeutung*), que ele refira ou nomeie um objeto. Dessa maneira, o nome se relaciona ao objeto por intermédio dos sentidos e somente por esse intermédio (FREGE, 1892-1895, p. 34)<sup>7</sup>.

Ainda segundo o autor, “o sentido de um nome próprio é apreendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que o nome próprio pertence” (FREGE, 1892 [2009], p. 132). Em nota, Frege explica que, para o caso de um nome próprio genuíno como *Aristóteles*, pode ser tomado como sentido: *o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno*. Segundo o autor, variações de sentido podem ser toleradas, embora devam ser evitadas no quadro teórico de uma ciência demonstrativa e não devam existir em uma “linguagem perfeita”. Como será visto adiante, uma noção semelhante de sentido para o nome próprio foi ampliada posteriormente por outros autores.

Sobre a questão da referência, na análise de Frege, um enunciado de identidade é verdadeiro quando os nomes que nele aparecem têm a mesma referência, ou seja, designam o mesmo objeto, e é informativo quando têm sentidos diferentes. Considere-se o exemplo: *A estrela da manhã é a estrela da tarde*. A referência é a mesma (o planeta Vênus), mas os sentidos são dife-

---

<sup>6</sup> Em Brito (1999, p. 48), *Bedeutung* está traduzido por *significado*. Entretanto, essa palavra alemã poderia ser traduzida aqui como *referência*, para marcar a distinção que Frege deseja realizar entre *sentido* e *referência*, como apontado pelo próprio Brito (1999, p. 48).

<sup>7</sup> No original: “Der Eigenname muß wenigstens einen Sinn haben (wie ich das Wort gebrauche); sonst wäre er eine leere Folge von Schällen und mit Unrecht Namen zu nennen. Für den wissenschaftlichen Gebrauch muß aber von ihm verlangt werden, daß er auch eine Bedeutung habe; daß er einen Gegenstand bezeichne oder benenne. So bezieht sich der Eigenname durch Vermittlung des Sinnes und nur durch diese auf den Gegenstand” (FREGE, 1892-1895, p. 35).

rentes (FREGE, 1892 [2009], p. 131). Uma descrição apresenta o referente sob um aspecto, e a outra sob outro. Dessa forma, o autor explicaria construções como *Edson Arantes do Nascimento é Pelé*, pois, como foi visto, sua distinção se aplica tanto para as descrições definidas quanto para os nomes próprios ordinários, exemplificados, neste caso, com um nome civil e um apelido de um jogador de futebol brasileiro.

É necessário destacar que o autor distingue: referente (o próprio objeto), sentido (o modo de apresentação do objeto) e representação (ou imagem) – esta de caráter subjetivo. Segundo Frege, entender um sentido não garante a referência. Assim, para ele, *o corpo celeste mais distante da Terra* tem um sentido, mas é duvidoso que tenha uma referência<sup>8</sup>, uma vez que não conseguiríamos localizar o referente denotado pela expressão.

Conforme mostram Nerlich e Clarke (1996, p. 2), Frege adotava um posicionamento antipsicológico. De fato, na Europa, ao final do século XIX, sob a influência desse filósofo, a Lógica se tornou uma disciplina distinta e independente da Linguística (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 128), pois defendia a separação dos estudos psicológicos dos estudos semânticos. Oliveira explica esse posicionamento da seguinte maneira:

Esse autor [Frege] afirma que o estudo científico do significado só é possível se diferenciarmos os seus diversos aspectos para reter apenas aqueles que são objetivos. Ele exclui da Semântica o estudo das representações individuais que uma dada palavra pode provocar. Ao ouvir [...] *estrela da manhã*, formo uma idéia, uma representação que é só minha, uma vez que ela depende de minha experiência subjetiva no mundo. O estudo desse aspecto do significado cabe à Psicologia. À Semântica cabe o estudo dos aspectos objetivos do significado, isto é, aqueles que estão abertos à inspeção pública (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

É possível perceber claramente que não era objetivo de Frege construir uma teoria sobre os nomes próprios ordinários, nem apresentar particularidades da classe desses itens em relação a outras, ou mesmo às descrições definidas. Um problema crucial na obra do filósofo é o dos enunciados de identidade verdadeiros, ou seja, como explicar que sentenças da forma  $a = b$  em relação às de  $a = a$  teriam valor informativo. Além do mais, segundo aponta Brito (2003, p. 44),

---

<sup>8</sup> A noção de *sentido* em Frege é tema polêmico. Fernández Moreno (2006, p. 37) ressalta que é uma noção de caráter epistêmico (“el sentido de una expresión es una propiedad de la expresión que conocemos, aunque implícitamente, cuando entendemos la expresión”), mas também semântico (“el sentido de una expresión *determina* su referente”). Para Burge (1977), não há, na teoria de Frege, uma noção coerente de sentido (*apud* FERNÁNDEZ MORENO, 2006, p. 37).

o interesse de Frege estava voltado para o projeto de desenvolver uma língua científica e, com respeito aos nomes próprios, para a “função semântica que esses termos desempenham nas sentenças que são relevantes para uma língua científica” (BRITO, 2003, p. 45).

No entanto, a importância da obra de Frege se explica por ter servido de base para posteriores trabalhos sobre os nomes próprios. Nesse sentido, tomá-lo como ponto de partida nesta obra tem, como objetivo principal, expor ao leitor as bases iniciais de discussões semânticas referentes aos nomes próprios, ainda fora de um quadro teórico da Antroponomástica em sentido estrito.

As ideias Bertrand Russell (1872-1970), Peter Strawson (1916-2006) e John Searle (1932-) são geralmente associadas às de Frege. Este e Russell, junto com Ludwig Wittgenstein (1889-1951), Rudolf Carnap (1891-1970) e Williard Quine (1908-2000), são, conforme aponta Pérez Otero (2006, p. 13), os principais representantes da tradição filosófica analítica, na qual desempenha um papel primordial a análise lógica da linguagem.

Segundo o filósofo inglês Russell (1956, p. 200), o nome próprio condensa uma descrição definida: “Os nomes que geralmente usamos, como *Sócrates*, são realmente abreviações de descrições”<sup>9</sup>. Assim, ao usar o nome *Sócrates*, estaríamos de fato usando uma descrição. Para o autor, o nome *Sócrates* condensa uma descrição como “o mestre de Platão”.

Já que os nomes próprios conhecidos como tal são, para Russell, abreviações de descrições, não podem ser autênticos nomes. De acordo com o autor, os únicos elementos que poderiam ser denominados nomes próprios no sentido lógico seriam palavras como *isto* (*this*) e *aquilo* (*that*). Em *Isto é branco* (*This is white*), a palavra *this* pode ser usada como um nome próprio, funcionando como um dêitico. Nesse caso, segundo Russell, *this* cumpre a função de apontar um lugar específico onde está algo (*estar por um particular*). Pelo que foi visto, é possível perceber, como explica Brito (2003, p. 59), que a teoria da denotação de Russell aplica-se às descrições definidas e, de forma derivada, aos nomes próprios, uma vez que o autor reduz estes últimos a descrições.

Fernández Moreno (2006, p. 46) argumenta, por outro lado, que Russell teria construído duas teorias sobre os nomes próprios. A primeira sobre os nomes próprios “no sentido lógico” (nomes logicamente próprios) e outra sobre os nomes próprios ordinários (no sentido usual de nomes próprios). No primeiro

---

<sup>9</sup> No original: “The names that we commonly use, like ‘Socrates’, are really abbreviations for descriptions” (RUSSELL, 1956, p. 200).

caso, os nomes próprios seriam identificados com os pronomes demonstrativos e, no segundo, caracterizados como descrições definidas abreviadas.

Uma das questões que se coloca ao considerar que os nomes próprios são descrições abreviadas é: qual é a descrição ou quais são as descrições que um nome próprio abrevia? Russell pondera que diferentes falantes podem associar diferentes descrições definidas a um nome próprio e que o mesmo falante pode associar a um nome diferentes descrições em distintas ocasiões<sup>10</sup>. Veja-se o trecho a seguir:

Os nomes comuns, e também os nomes próprios, são, geralmente, verdadeiras descrições. Ou seja, o pensamento que está na mente de uma pessoa que emprega corretamente um nome próprio não pode ser expresso explicitamente se não substituirmos o nome próprio por uma descrição. Além disso, a descrição necessária para expressar o pensamento variará de pessoa para pessoa, ou para a própria pessoa em épocas diferentes. A única coisa constante (na medida em que o nome é empregado corretamente) é o objeto ao qual se aplica o nome. Mas, na medida em que este permanece constante, a descrição particular envolvida em geral não distingue a verdade ou falsidade da proposição em que o nome aparece (RUSSEL, 2005 [1912], p. 45).

Cumpramos observar que aquilo que Russell considera como expressão do pensamento de uma pessoa a respeito de um nome próprio corresponderia ao que Frege considerou ser o significado psicológico de um nome cujo exame não caberia à Lógica, mas sim à Psicologia. Além disso, a distinção entre sentido e referência foi rejeitada por Bertrand Russell, contudo ambos foram seguidores da corrente de estudos da filosofia da linguagem que deu origem à Semântica Formal e à Pragmática (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 203).

Frege e Russell são considerados precursores de teorias mais recentes sobre a referência dos nomes próprios e os primeiros representantes da teoria descritivista. Strawson e Searle, por sua vez, são representantes da versão clássica da teoria descritivista contemporânea. Conforme a avaliação de Nerlich e Clarke, a teoria dos atos de fala de Searle é um retorno à Frege (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 203).

De acordo com Fernández Moreno (2006, p. 59), a teoria da referência dos nomes próprios de Strawson se enquadra em uma teoria da comunicação linguística, que se preocupa com o uso de expressões para que possamos fazer referência a objetos ou indivíduos. Existe, por exemplo, uma preocupação com

---

<sup>10</sup> Essa *variação* das descrições definidas associadas a um nome próprio, conforme foi visto acima, também foi tolerada por Frege, embora com certa rejeição. Mais adiante, ao discutir a noção de *conteúdo* do nome próprio, veremos que a variação está relacionada a fatores discursivos.

o conhecimento prévio do falante e do ouvinte. Strawson defende que os nomes próprios, juntamente com os pronomes demonstrativos singulares, os pronomes pessoais e impessoais no singular<sup>11</sup> e também frases que começam com o artigo definido seguido de um substantivo, qualificado ou não, no singular (*a mesa; o homem velho*) são usados frequentemente para mencionar ou fazer referência (*to refer*) a uma pessoa, objeto singular, acontecimento, lugar ou processo ou para fazer algo como a execução de um enunciado (*statement*) sobre aquela pessoa, objeto, lugar, acontecimento ou processo. A esse emprego, o autor chama de uso referencial individualizante (*uniquely referring use*) (STRAWSON, 1985, p. 261). Nessa obra, considera-se uso referencial aquele em que o sintagma antroponímico se refere a um indivíduo. Assim, por exemplo, quando um aluno diz ao professor, a respeito de um colega de classe: *Professor, o André não veio à aula porque está doente*, o sintagma *O André* se refere a um indivíduo da turma chamado *André*.

O filósofo inglês reconhece que algumas palavras possuem, predominantemente, se não exclusivamente, um papel referencial, como os pronomes e os nomes próprios. Pensando em uma escala de dependência do contexto para referência, de acordo com Strawson (1985), os pronomes estariam em uma dependência máxima, ocupando um extremo da escala, ao passo que, no outro extremo, estariam expressões como *o autor de Waverley* e *o décimo oitavo rei da França* (STRAWSON, 1985, p. 276). Assim, deste ponto de vista, os nomes próprios estariam entre os pronomes e as expressões (isto é, descrições definidas).

Com respeito ao grau de significação descritiva<sup>12</sup>, os nomes próprios estariam em um extremo da escala, enquanto frases substantivas (*a mesa redonda*) possuiriam o máximo de significação descritiva. Para o autor, o “puro nome” não teria nenhuma significação descritiva, com exceção daquela que ele adquire durante o uso. Entre as outras expressões que Strawson (1985) situa nessa escala de significação descritiva estariam os pronomes como *ele* (com significação descritiva mínima) e os nomes próprios que o autor chama de *impuros*, como *a Távola Redonda* – “frases substantivas que adquiriram, com o tempo, letras maiúsculas” (p. 276).

Por fim, o autor situa os nomes próprios na classe das expressões cujo uso referencial não é regulado por convenções gerais, mas por convenções

---

<sup>11</sup> São exemplos do autor: *he, she, I, you, it*.

<sup>12</sup> Por *significação descritiva*, entende o autor: “a limitação convencional, quanto à aplicação, a coisas de um tipo geral determinado ou a coisas que possuem certas características gerais” (STRAWSON, 1985, p. 276).

*ad hoc*. Strawson completa: “Ignorar o nome de um homem não é ignorar a linguagem. Essa é a razão pela qual não falamos da significação dos nomes próprios. (E não é uma resposta satisfatória dizer que eles são desprovidos de significação.)” (STRAWSON, 1985, p. 276).

No trabalho de Strawson (1985), vale a pena ressaltar um ponto importante sobre a referência. De acordo com o autor, não seria possível dizer que uma expressão – e aqui se incluem também os nomes próprios – faz referência, assim como não seria possível dizer que uma sentença é verdadeira ou falsa. Para Strawson, mencionar ou referir é algo que alguém pode fazer ao utilizar a expressão, ou seja, é uma “característica de uma utilização de uma expressão” (STRAWSON, 1985, p. 266)<sup>13</sup>. Neste livro, quando se emprega o verbo *referir* e se afirma, por exemplo, que um antropônimo X se refere a um indivíduo, também se assume que a referência é um ato realizado pelo falante, quer dizer, é ele que se refere a alguém mediante um nome próprio, seja falando, seja escrevendo.

Das ideias anteriores, chega-se à teoria do feixe de descrições de Strawson, elaborada a partir das ideias de Wittgenstein. Para essa teoria, o sentido do nome próprio não se associa a uma só descrição, mas a um conjunto de descrições. Seria então completado ou saturado por um conjunto pressuposicional formado por proposições acerca do indivíduo portador do nome. Strawson afirma, ainda, que falante e ouvinte devem ter em mente a mesma pessoa.

Conforme aponta García Suárez (1997), Searle foi quem popularizou a teoria do feixe de descrições. Para este autor, o significado de um nome próprio equivale à disjunção lógica de um número determinado de descrições<sup>14</sup>. Na obra *Speech acts: an essay in the philosophy of language*, Searle (1969) propõe-se a discutir, entre outras, a seguinte questão: os nomes próprios têm sentido?<sup>15</sup> Primeiramente, apresenta três argumentos contrários ao ponto de vista segundo o qual o nome próprio não tem sentido.

<sup>13</sup> Argumentação semelhante será feita posteriormente por Lyons (1977).

<sup>14</sup> Fernández Moreno (2006, p. 72) afirma que a teoria da referência dos nomes próprios de Searle compreende duas teorias, desenvolvidas em períodos diferentes. Uma teoria complementar a outra, mas também haveria diferenças. Entre as diferenças, Fernández Moreno aponta que a primeira seria parte integrante de uma teoria sobre o uso da linguagem na comunicação, ao passo que a segunda formaria parte de uma teoria acerca de como a mente representa o mundo (p. 72). Aqui são expostas ideias da primeira, a partir de Searle (1969), considerada a obra que contém uma formulação mais completa da teoria.

<sup>15</sup> O autor ressalta que usa o termo *sense* no sentido de Frege: “For according to Frege the sense of a proper name contains the ‘mode of presentation’ which identifies the referent, and of

De acordo com o primeiro, os nomes próprios são usados em proposições (frases afirmativas ou negativas) existenciais como *Existe um lugar como a África* (*there is such a place as Africa*) e *Cérbero não existe* (*Cerberus does not exist*). Conforme o autor, uma proposição existencial não refere, ela expressa um conceito e declara que esse conceito é instanciado (ou aplicado). Logo, conclui-se um nome próprio ocorre em uma posição existencial, como nos exemplos, ele deve ter algum conteúdo conceitual ou descritivo.

O segundo argumento baseia-se no fato de que sentenças com nomes próprios podem ser usadas em proposições de identidade que contêm informação factual e não meramente linguística, como *O Evereste é o Chomolungma* (*Everest is Chomolungma*), proposição que pode ter caráter informativo. Para o autor, se os nomes próprios não tivessem sentido, tal sentença seria equivalente a *O Evereste é o Evereste* (*Everest is Everest*). O próprio filósofo estadunidense salienta que esse é o argumento de Frege de que o nome próprio tem sentido (SEARLE, 1969).

O terceiro argumento de Searle contra a tese de que o nome próprio não tem sentido baseia-se na ideia de que uma ocorrência com nome próprio, da mesma forma que uma ocorrência com uma descrição definida, deve, pelo princípio de identificação, conter uma descrição. Sem detalhar nem exemplificar sua terceira objeção, o autor afirma que os nomes próprios poderiam ser descrições definidas abreviadas (*shorthand*). Mas ele expõe um argumento contrário, o fato de que, em geral, não existem definições de nomes próprios, como há com relação aos nomes comuns.

A apresentação dessas objeções leva o autor a ir formulando sua própria teoria sobre os nomes próprios. Para ele, se pedíssemos aos usuários do nome *Aristóteles* para dizer o que consideram como sendo suas características essenciais e consensuais (sobre as quais não se discute ou se questiona), ouviríamos respostas que poderiam constituir um conjunto de descrições identificadoras. Searle sustenta que, embora uma descrição apenas não seja analiticamente verdadeira de Aristóteles, a disjunção delas o é. Conforme o autor, seria necessário, para um objeto ser Aristóteles, que ele satisfizesse pelo menos algumas dessas descrições. Essa argumentação leva-o a concluir:

Minha resposta, então, para a questão, “Os nomes próprios têm sentidos?” – se com isso se pergunta se os nomes próprios são usados para descrever ou especificar características dos objetos – é “Não”. Mas se se pergunta com isso se os nomes próprios

---

course a single descriptive predicate does not provide us with a mode of presentation; it does not provide an identifying description” (SEARLE, 1969, p. 168).

estão logicamente conectados com características do objeto que eles referem, a resposta é “Sim, de maneira não estrita”<sup>16</sup> (SEARLE, 1969, p. 170).

Searle (1969) pôde assim posicionar-se frente a outros teóricos. De acordo com o autor, o que ele afirma estaria entre Mill e Frege. Searle sustenta que Mill estava correto em dizer que o nome próprio não implica nenhuma descrição particular, que ele não tem definição, mas que Frege estava correto em pressupor que qualquer termo singular deve ter um modo de apresentação e, logo, um sentido. O erro de Frege, para Searle, foi considerar a descrição identificadora substituível pelo nome como sua definição. A partir disso, o autor encaminha sua proposta para o seguinte:

A peculiaridade e grande conveniência pragmática dos nomes próprios na nossa linguagem reside precisamente no fato de que eles nos possibilitam a referência pública aos objetos sem levar a questionamentos e permitem chegar a um consenso sobre quais características descritivas constituem exatamente a identidade do objeto. Eles funcionam não como descrições, mas como ganchos nos quais penduramos descrições<sup>17</sup> (SEARLE, 1969, p. 172).

A tese central de Searle é que o *sentido* do nome próprio é formado por um conjunto de descrições. Essas, no entanto, não formariam um grupo fechado. Por fim, o autor distingue os nomes próprios paradigmáticos dos “degenerados” (*degenerate*) – *Banco da Inglaterra* (*Bank of England*), ou, no caso do Brasil, *Banco do Brasil*. Segundo o autor, neste caso, o sentido seria dado como em uma descrição definida. Para os casos anteriores, Searle (1969, p. 173) declara que *Homero* significa *o autor da Ilíada e da Odisseia* (“just means ‘the author of the *Iliad* and the *Odyssey*’”). Percebemos, claramente, nessa citação de Searle, a atribuição de um sentido descritivo ao nome próprio *Homero*. Conforme será visto mais adiante, uma noção como essa não se sustenta em trabalhos de cunho linguístico relacionados aos estudos antroponomásticos.

Fernández Moreno (2006, p. 89), ao analisar a teoria que ele chama de *teoria descritiva de Searle-Strawson*, afirma que também se costumam substituir

<sup>16</sup> No original: “My answer, then, to the question, “Do proper names have senses?” – if this asks whether or not proper names are used to describe or specify characteristics of objects – is “No”. But if it asks whether or not proper names are logically connected with characteristics of the object to which they refer, the answer is “Yes, in a loose sort of way.” (Cf. também Searle, 1958, p. 173).

<sup>17</sup> No original: “the uniqueness and immense pragmatic convenience of proper names in our language lies precisely in the fact they enable us to refer publicly to objects without being forced to raise issues and come to an agreement as to which descriptive characteristics exactly constitute the identity of the object. They function not as descriptions, but as pegs on which to hang descriptions”.

*descrições por propriedades*. Searle (1969, p. 164), de fato, declara: “descrições representam aspectos ou propriedades de um objeto”<sup>18</sup>. Levando em conta o que se apresentou, Fernández Moreno conclui:

[...] seria possível caracterizar a teoria descritiva de Searle-Strawson, no que se aplica aos nomes próprios, como a teoria segundo a qual a referência de um nome próprio vem determinada por um conjunto de propriedades que os falantes associam com o nome; as condições suficientes para que um objeto seja o referente de um nome próprio consistem em que o objeto possua um número suficiente – ou a maioria – das propriedades desse conjunto, muitas das quais serão propriedades identificadoras (FERNÁNDEZ MORENO, 2006, p. 90)<sup>19</sup>.

Como é possível notar, da teoria de Frege aos postulados de Searle, houve um deslocamento tanto nas definições terminológicas quanto nas caracterizações dos nomes próprios. Mas todos os autores defendem, à sua maneira, certo sentido atribuível a esses itens. Na próxima seção, será vista a posição de outro grupo com relação ao *sentido* do nome próprio.

## 5.2 A TEORIA REFERENCIAL DIRETA OU TEORIA CAUSAL

Stuart Mill (1806-1873) foi um filósofo e economista de grande influência no século XIX. Na obra *Sistema de lógica dedutiva e indutiva (A System of Logic, Ratiocinative and Inductive)*, entre as divisões que Mill (1984 [1843], p. 97) propõe para os nomes, encontra-se a distinção entre nomes conotativos e não conotativos. Estes seriam os que “denotam um sujeito ou um atributo” e aqueles seriam os que “denotam um sujeito e implicam um atributo”. Para o autor, nomes como *João*, *Londres* ou *Inglaterra* denotam um sujeito apenas, e nomes como *brancura*, *comprimento* e *virtude* denotam só um atributo. Por outro lado, *branco*, *comprido* e *virtuoso* seriam conotativos porque *branco*, por exemplo, denota todas as coisas brancas, como *neve*, *papel*, *espuma do mar*, etc., e implica ou conota<sup>20</sup> o atributo *brancura*. Desse modo, de acordo com o que expõe o autor, os nomes próprios “não são conotativos; denotam

<sup>18</sup> No original: “descriptions stand for aspects or properties of an object”.

<sup>19</sup> No original: “cabría caracterizar la teoría descriptiva de Searle-Strawson, en tanto que aplicada a los nombres propios, como la teoría según la cual la referencia de un nombre propio viene determinada por un conjunto de propiedades que los hablantes asocian con el nombre; las condiciones suficientes para que un objeto sea el referente de un nombre propio consisten en que el objeto posea un número suficiente –o la mayoría– de las propiedades de dicho conjunto, muchas de las cuales serán propiedades identificadoras”.

<sup>20</sup> O termo *conotar* é utilizado no sentido de “indicar junto com”, “indicar alguma coisa com ou em acréscimo a outra” (MILL, 1984, p. 98).

os indivíduos a quem dão o nome, mas não afirmam nem implicam qualquer atributo como pertencente a esses indivíduos” (MILL, 1984, p. 99). São, ainda segundo Mill, “sinais usados para indicar esses indivíduos [uma criança chamada Paulo ou um cachorro chamado César] como sujeitos possíveis de um discurso” (MILL, 1984, p. 99).

Convém destacar, como o faz Fernández Moreno (2006, p. 25), que as ideias de Mill sobre os nomes estão enquadradas em uma teoria da proposição – que constitui, para o autor britânico, “o primeiro objeto que se apresenta no limiar mesmo da ciência e da lógica” (MILL, 1984, p. 89). Para a análise da proposição, Mill sustenta que ela se constitui pela reunião de nomes e, a partir disso, o autor elabora sua teoria, na qual se insere a divisão entre nomes conotativos e não conotativos comentada acima.

Como é possível perceber, Mill (1984) não chega a construir uma teoria específica sobre os nomes próprios. Mas suas ideias serão retomadas várias décadas depois por autores que propõem novas análises. Assim, surge uma teoria para os nomes próprios nos anos 70 do século passado, a qual tem sido relacionada às ideias de filósofos como Keith Donnellan (1931-2015), David Kaplan (1933-), Hilary Putnam (1926-2016), Saul Kripke (1940-), entre outros. Para defensores dessa tese, o nome próprio não pode ser reduzido a uma descrição definida, pois ele só serviria para fixar a referência, não para dar o significado. Argumenta-se, ainda, que não é possível estabelecer nenhuma relação de sinonímia entre os nomes próprios e uma descrição ou um conjunto de descrições. Podemos observar que essa proposta exclui o sentido fregeano do nome próprio.

Saul Kripke pode ser considerado o principal representante da teoria causal. Esse filósofo estadunidense é visto como um dos criadores da *semântica formal dos mundos possíveis*<sup>21</sup> (cf. PÉREZ OTERO, 2006, p. 15) e é dentro desse quadro teórico que se desenvolvem os pontos que serão retomados adiante. Em sua obra, *Naming and necessity*, cumprem um papel fundamental as relações entre um nome próprio e sua denotação e entre um nome próprio e as descrições definidas.

Antes de discutir as ideias do autor, convém deixar clara uma questão terminológica relacionada ao que este autor chama de *nome*:

Por um nome, eu compreendo aqui um nome próprio, quer dizer, o nome de uma pessoa, de uma cidade, de um país, etc. [...] Nós utilizaremos o termo *nome* de modo a não incluir as descrições definidas desse gênero [como “o homem que corrompeu Hadleyburg”], mas somente o que na linguagem ordinária chamaríamos de *nomes*

<sup>21</sup> O conceito de *mundo possível* foi introduzido, segundo Pérez Otero (2006, p. 103), por Leibniz.

*próprios*. Se queremos um termo comum abrangendo ao mesmo tempo os nomes e as descrições, podemos empregar o termo *designador*<sup>22</sup> (KRIPKE, 1980, p. 24).

Pela citação acima, presente nas primeiras páginas de sua obra, é possível ver que Kripke já se afasta de outros autores, como Frege, que reunia as descrições definidas e os nomes próprios ordinários em um mesmo grupo. Também é possível perceber a noção de *designador*, que será desenvolvida pelo autor em sua obra e comentada mais adiante. Com respeito às críticas de Kripke a Frege (e também a Russell), é bem explícita a posição daquele autor: sobre a referência dos nomes próprios, Kripke afirma que “a concepção de Frege e Russell é falsa” (KRIPKE, 1980, p. 29)<sup>23</sup>.

De acordo com Kripke (1980), os nomes próprios são designadores rígidos: designam o mesmo indivíduo em todo mundo possível no qual esse indivíduo existe, isto é, em situações as quais, embora não tenham ocorrido (não são fatos), poderiam ocorrer<sup>24</sup>. Retomando suas palavras sobre designador rígido:

Quando eu digo que um designador é rígido e designa a mesma coisa em todos os mundos possíveis, eu quero dizer, como ele é usado na *nossa* linguagem, ele representa essa coisa, quando conversamos sobre situações contrafactuais (KRIPKE, 1980, p. 77)<sup>25</sup>.

Na citação acima, Kripke defende que quando as pessoas falam sobre situações que não ocorreram na vida real, mas que poderiam ocorrer (este tipo de situação é por ele chamada de situação contrafactual), e usam um designador

---

<sup>22</sup> No original: “By a name here I will mean a proper name, i. e., the name of a person, a city, a country, etc. [...] We will use the term ‘name’ so that it does *not* include definite descriptions of that sort, but only those things which in ordinary language would be called ‘proper names’. If we want a common term to cover names and descriptions, we may use the term ‘designator’”.

<sup>23</sup> No original: “the view of Frege and Russell is false”. Cf. também em Kripke (1980, p. 134) a postura do autor frente a Frege, Russell e Mill com relação à caracterização dos termos singulares e dos termos gerais.

<sup>24</sup> Sobre uma segunda definição de *designador rígido* na obra de Kripke, veja-se a discussão em Fernández Moreno (2006, p. 94), que apresenta também a definição que Kripke remeteu a Kaplan em carta: “un designador *d* de un objeto *x* es *rígido* si designa *x* con respecto a todo mundo posible en el que *x* existe y *no designa ningún objeto distinto de x con respecto a ningún mundo posible*” (KAPLAN, 1989, p. 569 *apud* FERNÁNDEZ MORENO, 2006, p. 95, grifos do autor).

<sup>25</sup> No original: “When I say that a designator is rigid, and designates the same thing in all possible worlds, I mean that, as used in *our* language, it stands for that thing, when *we* talk about counterfactual situations”.

rígido, este designador representa aquilo a que se faz referência na conversa. Essa seria a tese fundamental de Kripke sobre a referência dos nomes próprios. As descrições definidas, por outro lado, seriam designadores não rígidos: mudam de referência de um mundo possível a outro mundo possível. Por não estar associado a nenhuma descrição, o nome próprio refere independentemente dos atributos do referente. É por esse motivo acima que a tese de Kripke é relacionada à de Mill.

O exemplo de Pérez Otero (2006, p. 109) é bem esclarecedor. Explica este autor que o filósofo Aristóteles é conhecido por ter sido o mestre de Alexandre Magno. Assim, esta informação sobre sua biografia pode ser associada a Aristóteles. Supondo um mundo possível em que o filósofo não foi o mestre de Alexandre Magno, nesse mundo seria impossível associar Aristóteles a “ter sido mestre de Alexandre Magno”, mas o nome *Aristóteles* continuaria a fazer referência ao filósofo:

Podemos raciocinar e falar sobre o que teria feito Aristóteles se não tivesse sido o mestre de Alexandre Magno. Quando fazemos isso especulamos sobre outros mundos possíveis. Em tais especulações, usamos o nome *Aristóteles* (ou algum outro signo mental que funcione como um nome próprio que se refere a Aristóteles) e este não deve ser interpretado como se denotasse em cada mundo possível o mestre estagirita de Alexandre Magno (pois nesse caso seria impossível que Aristóteles não tivesse sido mestre de Alexandre Magno). O nome *Aristóteles* denota Aristóteles em cada mundo possível<sup>26</sup>.

Para Kripke, o nome próprio se estabelece mediante um primeiro ato de denominação (metaforicamente chamado de *batismo inicial*), em que há uma nomeação ostensiva, isto é, evidente. Estabelecida esta primeira referência, os usos posteriores do nome vão formando elos numa corrente. Esses elos vão se seguindo uns aos outros de modo que, no extremo da corrente, o falante que faz referência ao “batizado” se refere ao mesmo indivíduo, mesmo se desconhecer o ato batismal e ignorar os usos anteriores do nome. Para ilustrar seu raciocínio, Kripke apresenta o seguinte exemplo:

Alguém, digamos, um bebê, nasce: seus pais lhe dão um nome. Eles falam sobre a criança a seus amigos. Outras pessoas a conhecem. Por meio de conversas de todos

<sup>26</sup> No original: “Podemos razonar y hablar sobre lo que habría hecho Aristóteles si no hubiera sido el maestro de Alejandro Magno. Cuando hacemos eso especulamos sobre otros mundos posibles. En tales especulaciones usamos el nombre ‘Aristóteles’ (o algún signo mental que funcione como un nombre propio que refiere a Aristóteles) y éste no debe interpretarse como si denotara en cada mundo posible al maestro estagirita de Alejandro Magno (pues en ese caso sería imposible que Aristóteles no hubiera sido maestro de Alejandro Magno). El nombre ‘Aristóteles’ denota en cada mundo posible a Aristóteles”.

os tipos, o nome próprio se expande de um elo para outro, formando uma corrente. O falante que está no último elo da corrente que ouviu falar sobre, digamos, Richard Feynman, num supermercado ou em outro lugar, Richard Feynman, pode fazer referência a Richard Feynman mesmo que ele possa não se lembrar de quem lhe falou sobre Feynman pela primeira vez ou mesmo de quem nunca lhe falou sobre Feynman. Ele sabe que Feynman é um célebre físico. Ele está unido a uma corrente de comunicação em cuja extremidade se encontra o homem ao qual ele faz referência (KRIPKE, 1980, p. 91)<sup>27</sup>.

Argumentos como os anteriores conduzem o autor a afirmar que é falso que determinamos o objeto de uma referência graças às propriedades qualitativas disponíveis que permitem singularizá-lo (p. 82), numa clara crítica à teoria descritivista, principalmente no que se refere ao feixe de descrições ou propriedades. O que Kripke almeja é fornecer uma representação mais fiel da referência: “não é uma teoria que eu apresento, mas uma representação mais fiel do modo como as coisas acontecem” (KRIPKE, 1980, p. 96)<sup>28</sup>.

Nesse sentido, é importante destacar que o autor fala em esboço de uma teoria, a chamada *teoria do batismo inicial*, segundo a qual se pode nomear um objeto por ostensão ou fixar a referência por descrição. Em nota, Kripke adverte que, no caso de introdução de um nome próprio por meio de uma descrição durante um batismo inicial, essa descrição **não seria sinônima do nome próprio**, mas serviria para fixar a referência, o que se pode interpretar como uma nova crítica ao descritivismo.

A noção de batismo inicial é a seguinte:

**Batismo inicial:**

“operação que fixa a referência por descrição ou por ostensão”.

---

<sup>27</sup> No original: “Someone, let’s say, a baby, is born; his parents call him by a certain name. They talk about him to their friends. Other people meet him. Through various sorts of talk the name is spread from link to link as if by a chain. A speaker who is on the far end of this chain, who has heard about, say Richard Feynman, in the marketplace or elsewhere, may be referring to Richard Feynman even though he can’t remember from whom he first heard of Feynman or from whom he ever heard of Feynman. He knows that Feynman is a famous physicist. A certain passage of communication reaching ultimately to the man himself does reach the speaker. He then is referring to Feynman even though he can’t identify him uniquely”.

<sup>28</sup> No original: “In that sense it’s not a theory, but is supposed to give a better picture of what is actually going on”.

Os teóricos da área passaram a chamar a teoria de Kripke de teoria causal, considerada a mais influente atualmente entre lógicos, filósofos da linguagem e linguistas no que concerne ao significado e à referência dos nomes próprios. Fernández Leborans (1999, p. 93) reconhece que esta teoria apresenta uma explicação social da relação de referência – embora não explique satisfatoriamente a condição semântica dos nomes próprios. Nesse ponto, é necessário observar que, no *Suplemento* da sua obra, Kripke (1980) esclarece que, com respeito aos nomes próprios, nem sempre se pode localizar um batismo inicial e que se teria, então, uma representação um pouco *caricatural* do ato de batismo.

Apesar das críticas a respeito das noções propostas pelo autor (cf. FERNÁNDEZ LEBORANS, 1999), é possível defender a ideia do batismo, mas um batismo associado à noção de **nomeação**. Consideramos que a existência de um nome próprio implica, necessariamente, um ato de nomeação e que, para o uso de um antropônimo em um texto, é preciso que o locutor recupere a relação estabelecida no ato de batismo, que, obviamente, deve ser tomado como uma noção metafórica.

Na teoria defendida por Kripke, também é possível incluir o filósofo francês François Recanati, cujo trabalho ajuda a esclarecer alguns pontos da obra do autor estadunidense. Para Recanati (1983, p. 112), a compreensão da frase *Mitterrand é um homem de esquerda*<sup>29</sup> é dependente do conhecimento de qual estado de coisas deve ser realizado para que ela seja verdadeira, ou seja, exige ser capaz de dizer o que deve se passar em um mundo *M* para que a frase seja verdadeira em *M*. Em sua análise, há um indivíduo único tal que, para qualquer um, a frase é verdadeira neste mundo se e somente se este indivíduo é um homem de esquerda. *Mitterrand*, logo, seria um designador rígido.

Por outro lado, a descrição *o presidente da República* na frase *O presidente da República é um homem de esquerda*<sup>30</sup> (RECANATI, 1983, p. 112) não é rígida. Essa frase é verdadeira em todos os mundos onde um certo indivíduo é ao mesmo tempo presidente da República e de esquerda, qualquer que seja esse indivíduo. A interpretação seria: para todo mundo *M* e para todo indivíduo *X*, se *X* é presidente da República em *M*, logo o enunciado anterior é verdadeiro em *M* se, e somente se, em *M*, *X* é um homem de esquerda. A descrição *o presidente da República* não é rígida (RECANATI, 1983, p. 112-113).

Nos termos de Recanati, portanto, a rigidez do designador está relacionada com uma maior quantidade de pressupostos de existência. No caso da primeira

<sup>29</sup> No original: *Mitterrand est un homme de gauche*.

<sup>30</sup> No original: *Le président de la république est un homme de gauche*.

frase, é necessária a existência de um indivíduo chamado *Mitterand* e que ele seja de esquerda, já no caso da segunda frase, não existe este pressuposto, qualquer indivíduo que seja presidente satisfaz o pressuposto de existência.

Ainda sobre a rigidez, Recanati (1983) ressalta que Kripke reconhece que as descrições matemáticas são rígidas, o que implica que a rigidez não é o que distingue os nomes próprios das descrições definidas. Confrontando Kripke e Mill, Recanati ainda aponta que não se pode identificar conotativo com rígido e não conotativo com não rígido. Entretanto, continua o autor, a rigidez, se não é condição suficiente para que um designador seja não conotativo, é uma condição necessária (RECANATI, 1983, p. 115).

Na crítica à teoria elaborada por García Suárez (1997, p. 103), este autor afirma que o modo como um objeto recebe um nome é assunto sociológico, sem relevância semântica. De acordo com García Suárez, a noção de batismo inicial parece desnecessária. Mas a crítica é feita tomando literalmente a noção de batismo inicial e, conforme já exposto, não se pode tomar a expressão ao pé da letra, o que geraria uma visão *caricatural* da teoria, para utilizar o termo do próprio Kripke.

García Suárez questiona sobre o que fazer com o mecanismo do batismo inicial: “A noção de batismo inicial deve desaparecer, já que não tem a aplicação geral necessária?”, “Ou teremos que admitir que, embora não se trate de um batismo *stricto sensu*, deve haver ao menos alguma ‘atividade de nomear’?” (GARCÍA SUÁREZ, 1997, p. 104)<sup>31</sup>.

Sobre a segunda questão, o autor espanhol observa que a atividade de nomeação se choca com o fato de que muitos nomes se adquirem simplesmente com o uso, o que aconteceria com os apelidos, pseudônimos, etc. O que não está claro é como o uso, sem passar por uma nomeação primeira, poderia estabelecer a relação necessária entre nome próprio e referente. Novamente, defendemos a necessidade de haver um ato de nomeação que relacione o indivíduo ao seu nome próprio, seja este estabelecido por ele mesmo, seja por outrem.

Apoiando-se em Kripke, defende-se, nesta obra, que **a noção de batismo inicial** não só não deve ser tomada literalmente, mas tem de ser interpretada como **uma atividade de nomeação**. O autor do processo de nomeação pode ser ou não o próprio portador do nome próprio, conforme é demonstrado no capítulo 3 deste livro, no qual se propõe uma tipologia dos antropônimos.

---

<sup>31</sup> No original: “¿Debe desaparecer del cuadro la noción de bautismo inicial, puesto que no tiene la requerida aplicación general?” “¿O hemos de admitir que, aunque no se trate de un bautismo *sensu strictu*, tiene que haber al menos alguna ‘actividad de nombrar’?”.

A modo de síntese, a Figura 5.1, adaptada de Amaral (2008, p. 38), expõe a cronologia de obras representativas sobre os nomes próprios, de 1843 a 1981, todas com o título original e o ano da publicação de cada uma. Partindo-se da coluna central, têm-se à esquerda os títulos originais e os anos de publicação dos trabalhos da teoria descritivista e à direita os títulos e os anos da teoria referencial direta ou teoria causal.

Figura 5.1 – Obras representativas das teorias sobre os nomes próprios publicadas entre 1843 e 1981

Teoria descritivista	Ano de publicação	Teoria referencial direta ou teoria causal
	1843	_____ MILL, <i>A system of logic</i>
FREGE, <i>Über Sinn und Bedeutung</i> _____	1892	
RUSSELL, <i>Logic and Knowledge - Essays</i> _____	1950	
SEARLE, <i>Speech acts: an Essay in the Philosophy of Language</i> __	1969	
STRAWSON, <i>Logic-Linguistics Papers</i> _____	1971	
	1972	_____ KRIPKE, <i>Naming and Necessity</i>
		1981, KLEIBER, <i>Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres</i>

Fonte: Adaptado de Amaral (2008, p. 38).

Além da teoria descritivista ou teoria do sentido e da teoria referencial direta ou teoria causal, há ainda outro conjunto de pesquisas cuja tese pode ser diferenciada das anteriores e que relaciona os nomes próprios a predicados. Cumpre esclarecer que, nos estudos lógicos, o predicado é um valor ou característica atribuída a uma variável “x” de uma fórmula matemática. Nesse caso, os estudos principais já são desenvolvidos por pesquisadores da área da linguística, tal como será visto adiante.

### 5.3 O NOME PRÓPRIO COMO PREDICADO E A TEORIA DO PREDICADO DE DENOMINAÇÃO

Dentro do quadro teórico de uma semântica formal e preocupado principalmente com a questão do papel lógico dos nomes próprios em uma teoria formal da linguagem, o filósofo estadunidense Tyler Burge argumenta que eles são predicados. Criticando a abordagem de Russell segundo a qual os nomes próprios são descrições abreviadas, o autor afirma: “Eu argumentarei primeiro que os nomes próprios não abreviam predicados, mas são predicados por si mesmos” (BURGE, 1973, p. 428)<sup>32</sup>.

Burge critica a ideia de que um nome próprio abrevia a descrição “o objeto chamado nome próprio”. Para o autor, essa explicação seria anti-intuitiva, uma vez que, intuitivamente, nomes próprios não descrevem. O filósofo alega ainda que é indesejável postular regras de abreviação se elas podem ser evitadas. Além do mais, Burge defende que a falha das concepções anteriores reside no fato de que concentram atenção no uso singular não modificado dos nomes próprios e apresenta alguns exemplos de usos *modificados* dos nomes próprios (chamados assim por ele):

a) no plural: *Há relativamente poucos Alfredos em Princeton;*

b) precedidos por artigo indefinido e definido: *Um Alfredo entrou para o clube hoje; O Alfredo que entrou para o clube hoje;*

c) precedidos por quantificadores: *Alguns Alfredos são loucos; alguns não são*<sup>33</sup>.

Burge (1973) chama a atenção para o fato de que tais usos seriam gramaticais e literais (não metafóricos ou irônicos) e que não devem ser chamados de usos *especiais*. Para o autor, é equivocado pensar que ocorrências modificadas e não modificadas são semanticamente independentes. Esses argumentos

---

<sup>32</sup> No original: “I shall argue first that proper names do not abbreviate predicates but are predicates in their own right”.

<sup>33</sup> No original, os exemplos são: a) *There are relatively few Alfreds in Princeton;* b) *An Alfred Russell joined the club today; The Alfred who joined the club today;* c) *Some Alfreds are crazy; some are sane.*

levam-no a afirmar que os nomes próprios cumprem o papel semântico de **predicado** em todas as ocorrências.

Outro ponto defendido pelo filósofo refere-se à comparação entre o uso dos nomes próprios e construções com demonstrativo. Para o autor, nomes próprios no singular, funcionando como termos singulares, teriam a mesma estrutura semântica que *aquele livro* (*that book*) como em: *Jim tem 1,82 m de altura* e *Aquele livro é verde* (BURGE, 1973, p. 432)<sup>34</sup>. Burge destaca a importância do conteúdo extralinguístico para a interpretação de tais sentenças. Em suas palavras: “nos usos mais comuns os nomes próprios implicam um elemento demonstrativo” (BURGE, 1973, p. 433)<sup>35</sup>.

Ao criticar Burge (1973), García Suárez (1997) toca em um ponto que aquele autor considera inovador em sua teoria. García questiona: por que explicar os usos predicativos modificados, que são mais raros, e apelar depois dessa explicação para dar conta dos usos singulares? A crítica de García Suárez é pertinente, pois os usos chamados de *modificados* são mais raros e não podem ser usados para explicar os usos ordinários. Em todo caso, são justamente esses usos *secundários* que fomentaram várias discussões teóricas a respeito da semântica dos nomes próprios, tal como será desenvolvido mais adiante e retomado no próximo capítulo.

Independentemente da forma como Burge expõe sua tese, seu trabalho cumpre fundamental importância no desenvolvimento de teorias posteriores. As ideias do autor abrem caminho para os estudos de Kleiber (1981) e de uma série de autores posteriores que viriam a pesquisar o estatuto linguístico dos usos dos nomes próprios chamados de *modificados*, como em *O Lula dos anos 1980* e *um novo Castro Alves*.

Nesse sentido, a chamada *teoria do predicado de denominação* teve uma aceitação relativa entre linguistas e foi se difundindo em trabalhos das últimas décadas. Suas ideias são atribuídas ao linguista francês Georges Kleiber, que se apoiou em trabalhos dos pesquisadores John Algeo e Tyler Burge. De acordo com essa proposta, o sentido do nome próprio pode ser descrito como um predicado de denominação que não descreve o objeto denotado. O sentido de um nome como *João* seria compreendido com a ajuda da fórmula *ser chamado João*. Para Kleiber (1981), o nome próprio tem o estatuto de um verdadeiro signo linguístico, comportando significante e significado.

<sup>34</sup> No original: “*Jim is 6 feet tall*” e “*That book is green*”.

<sup>35</sup> No original: “in their most common uses proper names involve a demonstrative element”.

Analisando a tese de Kleiber, Jonasson (1994, p. 118) questiona: para que postular um sentido ao nome próprio se a impressão que se tem é que são desprovidos de sentido? Simplesmente para guardar o estatuto de signo linguístico e integrá-lo ao sistema da língua? Mas, continua a autora, numerosos linguistas já destacaram o caráter excepcional do nome próprio. Outro problema da teoria de Kleiber (1981) levantado por Jonasson (1994) é que a tese não dá conta de explicar usos como *Eu me chamo Bernardo, Seu nome é Paulo*, etc., nem o uso vocativo. Em ambos os casos, não é possível substituir o nome próprio pela fórmula *ser chamado nome próprio*.

Gary-Prieur (1994, p. 44) também aponta alguns usos que não são explicados pelo predicado de denominação, especialmente aqueles que, conforme a autora, provêm da multiplicação de imagens de um mesmo indivíduo, como em: “Inicialmente espalhadas, divididas entre todas as Toscanas que formam a Toscana, ela vai, pouco a pouco, se concentrar numa única Toscana (P.-J Rémy, *Toscanes*, p. 361)” (GARY-PRIEUR, 1994, p. 46)<sup>36</sup>.

Jonasson ainda argumenta que, se Kleiber (1981) tem razão em considerar a teoria causal de Kripke insuficiente, parece ter aquele autor também se equivocado. Para a autora, o que falta, na descrição de Kripke, é uma explicação da capacidade dos falantes de selecionar o referente certo em um ato de referência efetuado por um nome próprio (JONASSON, 1994, p. 120). Tal constatação leva a autora a elaborar uma teoria de base cognitiva, segundo a qual é propriedade característica do nome próprio ele estar associado na memória estável a uma entidade individual e não a um tipo, a um conceito.

Nos textos de 1995 e 1996, Kleiber reconhece alguns pontos fracos da sua teoria de 1981, abandonando, como ele mesmo afirma, um dos pilares da sua tese, que é a ideia de que os nomes próprios são predicados. Na proposta de 1981, o autor defendia que o nome próprio corresponderia a um predicado de denominação *ser chamado /N/* (*être appelé /N/*) e que um nome próprio não articulado representaria a abreviação de uma descrição denominativa do tipo *le x appelé /N/*. Entre os méritos daquela proposta, Kleiber (1996) aponta o de permitir “um tratamento único para os nomes próprios não articulados e os nomes próprios articulados ou *modificados*<sup>37</sup>” (p. 571).

---

<sup>36</sup> No original: “D’abord éparse, écartelée entre toutes les Toscanes qui font la Toscane, elle va peu à peu se concentrer sur une seule Toscane... (P.-J Rémy, *Toscanes*, p. 361)”.

<sup>37</sup> Nota-se que neste ponto Kleiber associa nome próprio modificado a nome próprio articulado. Essa maneira simplista de considerar a modificação do nome próprio será criticada por outros autores, o que se verá mais adiante.

Mas, entre as várias críticas à proposta de Kleiber, merece destaque a que questiona a presença do N na fórmula être *appelé* /N/. Se N representa um nome próprio, então seria um caso de outro nome próprio para explicar o primeiro, o que criaria os problemas explicitados por Wilmet (1995a): o enunciado *Eu me chamo Sócrates (Je m'appelle Socrate)* seria falso – uma vez que “meu nome não é o x que é chamado Sócrates” – ou redundante – porque teríamos a interpretação “Eu me chamo o x que é chamado Sócrates” (*Je m'appelle le x qui est appelé Socrate*) – e suscetível de leitura infinita – *eu me chamo [o x que é chamado {o x que é chamado < o x que é chamado >, etc., etc.}] Sócrates (je m'appelle [le x qui est appelé {le x qui est appelé < le x qui est appelé >, etc., etc.}] Socrate)*.

Após reconhecer os problemas da teoria, Kleiber (1995; 1996) abandona a tese de que os nomes próprios são predicados de denominação, mas mantêm a hipótese de um sentido de denominação para o nome próprio. Esse sentido de denominação não seria uma propriedade ou descrição do referente, mas um *sentido instrucional*: em suas palavras, seria a “instrução de procurar e de encontrar, na memória estável, o referente portador do nome próprio” (p. 573)<sup>38</sup>.

Para rebater a crítica de que o sentido de denominação também se aplicaria aos nomes comuns, Kleiber (1996) afirma o seguinte: no uso dos nomes próprios, “a relação de denominação constitui o sentido do nome próprio”, porque ela é ao mesmo tempo uma relação de designação. Para o autor, nesse caso, a designação se faz sobre o modo denominativo. Já com os nomes comuns, segundo Kleiber (1996), a relação de denominação e a relação de designação não coincidem na maior parte das vezes. A designação, para os nomes comuns, se faria sobre o modo descritivo: se se deseja falar de sentido instrucional para o nome árvore, poder-se-ia dizer que árvore leva o ouvinte a buscar na memória estável “um x que tem as propriedades ou traços ou atributos definitórios ou prototípicos do conceito ou da categoria nomeada árvore”<sup>39</sup> (p. 576).

Em artigo posterior, Kleiber (2006) propõe-se a revisitar o tema dos nomes próprios *modificados*. O autor retoma os principais aspectos da versão *corrigida* de sua teoria sobre os nomes próprios formulada em Kleiber (1995; 1996), descreve as críticas de Noailly (2000) e as refuta. Logo, mantém a distinção binária

<sup>38</sup> Por sentido, o autor considera aquilo que está convencionalmente preso (*attaché*) à expressão, seu conteúdo intrínseco. Ainda para Kleiber (1995, p. 27), os nomes próprios seriam um símbolo denominativo: símbolos porque têm um sentido convencional e marcadores (*marqueurs*) denominativos, porque esse sentido leva a buscar na memória estável o referente portador do nome. (Cf. também Kleiber (2006; 2016).

<sup>39</sup> No original: “*arbre* invite a retrouver en mémoire stable un X qui a les propriétés ou traits ou attributs définitoires ou prototypiques du concept ou de la catégorie nommée *arbre*”.

entre nomes próprios nus, *standard*, ou *não modificados versus* nomes próprios *modificados*. Para defender que os nomes próprios *standard* não são definidos com relação aos nomes próprios *modificados*, Kleiber (2006, p. 38) afirma que a definição de nomes próprios *modificados* supõe a existência dos *não modificados*: “só se pode falar de nomes próprios *modificados* se há nomes próprios sobre os quais se pode exercer uma modificação”<sup>40</sup>.

Entre os aspectos de sua teoria que são retomados, estão: o abandono da tese do *predicado de denominação*; a manutenção do sentido de denominação para os nomes próprios (sentido instrucional e não descritivo); a ideia de que os nomes próprios não podem remeter às instâncias (*instances*) espaço-temporais dos indivíduos, ou seja, os nomes próprios não modificados só se aplicam ao indivíduo enquanto acumulador de tais instâncias – daí a necessidade do uso *modificado* chamado de *fracionamento, imagem, fase* ou *manifestação*. Em trabalho mais recente, Kleiber (2016) mantém os principais postulados da sua teoria sobre o sentido de denominação do nome próprio e busca demonstrar que *denominação* e *categorização* são duas noções que legitimam a diferença entre nomes próprios e nomes comuns.

Com respeito ao uso do termo *modificado*, Gary-Prieur (2005) procura evitá-lo, porque esse termo introduz, segundo a autora, a ideia de que o nome próprio não é mais verdadeiramente ele mesmo. Além do mais, argumenta que a *modificação* de que tratam os linguistas é sintática, ou semântica, ou semântica e sintática e, normalmente, não se diz o que está modificado e como<sup>41</sup>. Nesta obra, também não adotamos o termo *modificado*. No capítulo 4 deste livro, discutimos os casos em que os antropônimos podem receber, dentro do sintagma antroponímico, determinantes ou elementos pospostos, o que pode ou não implicar em mudança na referência. Voltamos a este assunto no capítulo 7 deste livro, no qual

---

<sup>40</sup> No original: “on ne peut parler de noms propres modifiés que s’il y a déjà des noms propres sur lesquels peut s’exercer une modification”.

<sup>41</sup> Outro problema relacionado ao uso da expressão *nome próprio modificado* é apresentado por Noailly (2000, p. 22), que critica a oposição entre *nome próprio modificado* e *nome próprio não modificado*, alegando que é curioso que Kleiber designe os nomes próprios referenciais (ordinários) – que são os mais frequentes na língua – por meio de uma denominação indireta e negativa. Por isso, defende que seria mais lógico adotar a sugestão de Flaux (1995, p. 65), segundo a qual sealaria em *nomes próprios e empregos derivados dos nomes próprios*. A crítica de Noailly (2000) é pertinente e foi reconhecida inclusive por Kleiber (2006, p. 40), o qual, como já foi apontado anteriormente, mantém o rótulo *nome próprio modificado* e alega ser difícil adotar um par de denominações que não seja criticável.

mostram-se as mudanças de nome próprio a nome comum e sua contribuição para a constituição do léxico da língua portuguesa do Brasil.

## 5.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Para finalizar este capítulo, o quadro abaixo expõe as principais características semânticas dos antropônimos, elaboradas a partir do exposto nas seções anteriores.

Quadro 5.1 – Características semânticas do antropônimo

1. Permite ao falante fazer referência direta a um ser humano – esta referência pode se dar independentemente da presença de outros elementos no sintagma em que é usado.
2. Pressupõe um *batismo inicial*, ou seja, uma nomeação em que se estabelece a relação entre indivíduo e nome.
3. Constitui um designador rígido, nos termos de Kripke.
4. Não pode ser reduzido a descrições definidas sobre o portador do nome.
5. Não apresenta traços semânticos identificadores de classe (cf. cap. 2).

